



PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

(Do Sr. JOÃO DANIEL e Outros)

Dispõe sobre a eliminação de pagamento mínimo para a amortização dos contratos de Fundo Fies iniciados a partir de 2018, sobre a suspensão das parcelas de amortização dos contratos de Fundo Fies iniciados até 2017 e de Programa Fies para beneficiários sem renda, e sobre a limitação das parcelas de amortização dos contratos de Fundo Fies iniciados até 2017 e de Programa Fies a 30% (trinta por cento) da renda dos beneficiários.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 5º-C da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

.....

§ 12. Se o beneficiário estiver, comprovadamente, nos termos do regulamento, sem auferir qualquer renda ou provento bruto e sem contribuir ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), enquanto perdurarem essas condições simultaneamente, ficam suspensas, enquanto perdurar essa condição, as obrigações de pagamento referentes à amortização do financiamento, vedada, nesse caso, a cobrança de multas, de juros e de outros encargos financeiros decorrentes dessa suspensão, bem como fica vedada a inscrição do beneficiário como inadimplente em relação a obrigações de pagamento suspensas junto ao Fies.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL JOÃO DANIEL PT/SE

§ 13. As parcelas de amortização do financiamento não poderão ser superiores a 30% (trinta por cento) da renda ou dos proventos brutos de qualquer natureza do beneficiário.” (NR)

“Art. 5º-C

VIII - quitação do saldo devedor remanescente após a conclusão do curso, na forma do regulamento editado pelo Ministério da Educação e observado o que for aprovado pelo CG-Fies, em prestações mensais equivalentes ao resultante da aplicação percentual mensal vinculada à renda ou aos proventos mensais brutos do estudante financiado pelo Fies, cabendo a obrigação do recolhimento das prestações mensais aos seguintes agentes:

.....” (NR)

“Art. 15-G

§ 1º Se o beneficiário estiver comprovadamente, nos termos do regulamento, sem auferir qualquer renda ou provento bruto e sem contribuir ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), ficam suspensas, enquanto perdurarem essas condições simultaneamente, as obrigações de pagamento referentes à amortização do financiamento, vedada, nesse caso, a cobrança de multas, de juros e de outros encargos financeiros decorrentes dessa suspensão, bem como fica vedada a inscrição do beneficiário como inadimplente em relação a obrigações de pagamento suspensas junto ao Fies.

§ 2º As parcelas de amortização do financiamento não poderão ser superiores a 30% (trinta por cento) da renda ou dos proventos brutos de qualquer natureza do beneficiário.” (NR)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL JOÃO DANIEL PT/SE

§ 3º As parcelas de amortização do financiamento que excederem 30% (trinta por cento) da renda ou dos proventos brutos de qualquer natureza do beneficiário, deverão ser recalculadas, em tempo hábil e sem prejuízo ao beneficiário, afim de se adequarem ao limite percentual máximo determinado nesta Lei.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação (MEC) criado pelo governo federal e que se destina a parcelar a graduação. Em 20 anos de existência, o benefício auxiliou 3 milhões de estudantes, porém, possui um percentual de 47% de inadimplentes, segundo últimos dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), divulgados em dezembro de 2019.

Em abril de 2019, o governo federal começou a tirar do papel um plano para tentar reduzir a inadimplência do Fies. Segundo o FNDE, 567 mil deles se encaixavam no pré-requisito: estarem inadimplentes no segundo semestre de 2017. Entretanto, renegociação atraiu 2% dos estudantes e, no caminho contrário, o número de contratos considerados inadimplentes aumentou cerca de 23% após a realização do programa de renegociação do governo federal.

O programa chegou a ser, em 2014, a principal forma de calouros em cursos de graduação de instituições privadas financiarem sua faculdade, possuindo 732 mil contratos. Mas as novas restrições impostas pelo governo federal fizeram com que a porcentagem de ingressantes com contrato do Fies caísse de 21,3% naquele ano para 5,7% em 2017. O governo Jair Bolsonaro reduziu quase pela metade a previsão de oferta de contratos do Fies a partir de 2021. O volume passa de 100 mil em 2020 para 54 mil no ano seguinte.

Desde 2003, o contingente de universitários brasileiros mais do que dobrou, resultado da expansão e descentralização das universidades públicas e de programas como o ProUni e o Fies. No entanto, se por um lado as políticas governamentais caminhavam no sentido da democratização do acesso ao ensino superior, por outro lado, a crise econômica dos anos recentes acentuaram a desigualdade, sobretudo, para esta parcela da juventude. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados antes da pandemia, a taxa de desemprego havia subido 42,4% nos últimos quatro anos.





Na modalidade do Fundo Fies “novo”, aplicável aos contratos iniciados a partir de 2018, a Lei do Fies determina que o estudante pagará parcelas com percentual vinculado à renda, seguindo, em parte, o modelo australiano de financiamento estudantil. No



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL JOÃO DANIEL PT/SE

entanto, o Fundo Fies “novo” — regido principalmente pelo art. 5º-C da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 — prevê um pagamento mínimo para amortizar a dívida contraída pelo estudante beneficiário.

Considerando a situação vivida atualmente, que terá repercussões financeiras para as famílias durante bom tempo — e para ajustar o modelo do Fundo Fies “novo” às práticas internacionais, tais como no Reino Unido e na Austrália —, propomos a eliminação do pagamento mínimo, pois estudantes de famílias nas quais não há renda seria desproporcionalmente penalizados por sua condição financeira, além de que a situação atualmente vigente pode lhes positivar os cadastros de inadimplência, dificultando a tomada de outros créditos. Para tanto, propomos a supressão do seguinte trecho constante no inciso VIII do art. 5º-C da Lei do Fies: “maior valor entre o pagamento mínimo e o”. Com efeito, se o estudante não tiver renda, o percentual aplicado de que trata o referido inciso VIII será sobre zero, de modo que, estando sem renda, ficará desobrigado do pagamento mínimo. Para o caso do Fundo Fies “novo”, já há a limitação de 20% ao total da renda auferida pelo estudante como teto para as parcelas de amortização (art. 5º-C, § 17).

Quando ao Fundo Fies “antigo” (contratos iniciados até 2017) e ao Programa de Financiamento Estudantil (Programa Fies ou P-Fies), no entanto, não há percentual vinculado à renda, limite de valor parcelas em relação à renda do beneficiário, nem teto para as parcelas referentes à amortização do financiamento, regras que precisam ser espelhadas nas diferentes modalidades de Fies para que haja tratamento o mais equânime possível dos beneficiários do financiamento estudantil. Por essa razão, ainda que não se estabeleça percentual vinculado à renda, regra que vale apenas para o Fundo Fies “novo”, propomos, para o enfrentamento dos desafios financeiros impostos às famílias dos estudantes, a inserção de um teto de 30% da renda auferida pelo estudante para as parcelas de amortização e a previsão de que, enquanto comprovadamente não tiver renda e não estiver contribuindo ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), o beneficiário fica desobrigado de pagar as parcelas de amortização do financiamento estudantil, ambas regras propostas para que valham tanto para o Fundo Fies “antigo” quanto para o Programa Fies (P-Fies).

Diante do exposto, conclamamos aos Nobres Pares que nos apoiem para que esta proposição legislativa seja aprovada.

Sala das Sessões, em de junho de 2020.

JOÃO DANIEL
Deputado Federal (PT/SE)





Projeto de Lei **(Do Sr. João Daniel)**

Dispõe sobre a eliminação de pagamento mínimo para a amortização dos contratos de Fundo Fies iniciados a partir de 2018, sobre a suspensão das parcelas de amortização dos contratos de Fundo Fies iniciados até 2017 e de Programa Fies para beneficiários sem renda, e sobre a limitação das parcelas de amortização dos contratos de Fundo Fies iniciados até 2017 e de Programa Fies a 30% (trinta por cento) da renda dos beneficiários.

Assinaram eletronicamente o documento CD207092229600, nesta ordem:

- 1 Dep. João Daniel (PT/SE)
- 2 Dep. Enio Verri (PT/PR) *-(p_7800)
- 3 Dep. Rogério Correia (PT/MG)
- 4 Dep. Alencar Santana Braga (PT/SP)
- 5 Dep. Professora Rosa Neide (PT/MT)
- 6 Dep. Margarida Salomão (PT/MG)
- 7 Dep. Marília Arraes (PT/PE)
- 8 Dep. Marcon (PT/RS)
- 9 Dep. Célio Moura (PT/TO)
- 10 Dep. Maria do Rosário (PT/RS)
- 11 Dep. Valmir Assunção (PT/BA)
- 12 Dep. Vander Loubet (PT/MS)
- 13 Dep. Paulo Teixeira (PT/SP)
- 14 Dep. Assis Carvalho (PT/PI)
- 15 Dep. Erika Kokay (PT/DF)
- 16 Dep. Beto Faro (PT/PA)
- 17 Dep. Padre João (PT/MG)

- 18 Dep. Patrus Ananias (PT/MG)
- 19 Dep. Helder Salomão (PT/ES)
- 20 Dep. Benedita da Silva (PT/RJ)
- 21 Dep. Jorge Solla (PT/BA)
- 22 Dep. Gleisi Hoffmann (PT/PR)
- 23 Dep. Henrique Fontana (PT/RS)
- 24 Dep. Afonso Florence (PT/BA)
- 25 Dep. Luizianne Lins (PT/CE)
- 26 Dep. Alexandre Padilha (PT/SP)
- 27 Dep. Vicentinho (PT/SP)
- 28 Dep. José Guimarães (PT/CE)
- 29 Dep. Carlos Veras (PT/PE)
- 30 Dep. Rejane Dias (PT/PI)
- 31 Dep. Zé Carlos (PT/MA)
- 32 Dep. Rui Falcão (PT/SP)
- 33 Dep. Pedro Uczai (PT/SC)
- 34 Dep. Paulão (PT/AL)
- 35 Dep. Frei Anastacio Ribeiro (PT/PB)
- 36 Dep. Ailton Faleiro (PT/PA)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.